



Eunice Ribeiro Durham

**50**  
**anos**

**A** mais antiga das nossas universidades públicas completa, este ano, seu primeiro cinquentenário. É ainda jovem. Universidade que se preze conta a idade em termos de séculos e não de anos. Mas a USP parece ter sido capaz de compensar a juventude cronológica com um tipo de envelhecimento precoce que, antigamente, pensava-se ser uma característica da vida nos trópicos. Se essa velha teoria foi desacreditada pela biologia, parece, entretanto ser muito aplicável às instituições que, neste Brasil, tendem a se tornar obsoletas antes de atingirem a maturidade.

Devemos reconhecer que, apesar de seu envelhecimento tão rápido, a USP produziu, neste meio século, uma obra respeitável. Contribuiu decisivamente para tornar a pesquisa científica uma realidade neste país — não mais a realização isolada de visionários dedicados, mas o resultado do trabalho permanente de equipes profissionais. Conseguiu assim, em muitos setores, superar a estreita dependência intelectual que tende a marcar nossas relações com os países desenvolvidos, produzindo um conhecimento crítico e inovador. Além do mais, formou, ao longo de todos esses anos, grande parte dos profissionais que sustentaram a modernização e a industrialização

do país. Continua hoje a ser um grande centro de ensino e pesquisa, o maior do Brasil. Nesse aniversário tão significativo quão melancólico convém celebrar esses feitos.

Mas, revendo as glórias do passado e a produção do presente, é difícil explicar o clima de desencanto e descontentamento que grassa, como erva daninha, no ambiente universitário. Como não podemos ter uma grande universidade sem um mínimo de dedicação entusiasta, precisamos entender o que aconteceu nos últimos anos para destruir o otimismo, a esperança e o orgulho, que marcaram, no passado, a participação na vida acadêmica da USP.

Na verdade, o problema não é só da USP. Todas as universidades brasileiras parecem estar enfrentando problemas que não conseguem definir e que são, por isso, incapazes de resolver. Mas, na USP, o peso das velhas estruturas e o ranço do autoritarismo parecem tornar a crise particularmente aguda. A comemoração do cinquentenário talvez seja a ocasião para analisar os problemas e encontrar novos caminhos, superando o pessimismo estéril, o radicalismo simplista ou a acomodação fisiológica que parecem caracterizar a atitude de setores diferentes da universidade ante a situação atual.

**T**em-se discutido e reclamado muito na USP. Tem-se falado da deterioração dos salários, da falta de verbas para a pesquisa, das acomodações precárias nas quais funcionam muitos dos nossos cursos. O atendimento dessas reivindicações seria mais que justo, e depende apenas de verbas. Talvez, nesta situação generalizada de escassez de recursos, o uso mais criterioso das verbas existentes pudesse contribuir para minorar alguns desses problemas. Mas sabemos todos que nem o manejo eficaz dos recursos, nem o aumento da dotação orçamentária resolveriam, por si sós, a crise da universidade, pois os problemas não se resumem na falta de dinheiro. É nesse contexto que toma corpo a reivindicação de democratização da universidade.

Somos todos a favor de mais democracia, tanto na sociedade quanto na universidade. A USP, que é particularmente autoritária, se beneficiaria enormemente de um aumento substancial do nível de participação coletiva nos órgãos dirigentes. Mas a forma simplista pela qual a questão vem sendo colocada parece estar servindo antes para substituir do que para instrumentalizar uma reflexão sobre as dificuldades que estão paralisando o ensino e a pesquisa na universidade.

Generalizou-se, na USP, uma receita que vem ganhando grande popularidade em todas as universidades do país: a eleição direta, por professores, funcionários e alunos, do reitor, dos diretores e dos chefes de departamento. A mesma concepção de democracia, apoiada no mito da "comunidade universitária", defende a composição tripartida de todos os órgãos colegiados, também por eleição direta, como instrumento necessário e suficiente para equacionar os problemas e assim superar a crise.

Eleições diretas desse tipo não constituem nem o único, nem o melhor instrumento para a escolha dos dirigentes na universidade. Mas, no contexto atual, certamente contribuiriam para promover uma renovação necessária das atuais cúpulas da USP. Por outro lado, a noção simplista de que a justaposição, em igual número, de professores, alunos e funcionários nos órgãos decisórios fornecerá os instrumentos eficazes para a gestão da Universidade, parece estar impedindo uma reflexão mais aprofundada sobre a natureza dessa instituição e o reconhecimento de sua complexidade.

**O** mito da comunidade universitária, antes oculta do que resolve dificuldades muito reais.

Uma universidade não é uma comunidade, mas uma organização burocrática (no sentido clássico do termo) muito complexa, que integra agentes especializados, portadores de saberes e práticas muito específicas. Não se organiza através da cooperação simples, mas pela divisão do trabalho que cria especializações. Não pode funcionar sem uma definição clara de áreas de competência e níveis de responsabilidade. Democratizar uma instituição desse tipo não é pressupor que todos são igualmente competentes para resolver sobre tudo, mas exige a criação de complexos mecanismos de representação diferencial em órgãos colegiados de composição diversificada conforme suas responsabilidades específicas. Exige, enfim, o reconhecimento de especificidades funcionais, competências diversas e interesses divergentes de segmentos altamente heterogêneos.

Além do mais, o mito da comunidade, pressupondo a convergência de interesses entre segmentos diferentes em virtude de sua coincidência com os objetivos mais gerais da instituição, oculta a presença de interesses corporativos restritos, próprios de cada setor, e que frequentemente são conflitivos com a função social da universidade.

Talvez seja esse corporativismo o responsável pelo fato de que a discussão sobre a democratização da universidade tenha se concentrado tanto na questão da participação da "comunidade" acadêmica nas decisões internas, deixando em segundo plano um problema que é ainda mais fundamental — a democratização do acesso à universidade.

O fato de no Brasil, a universidade pública e gratuita atender privilegiadamente às camadas mais favorecidas da população, egressas dos colégios particulares, ao passo que a população mais pobre, oriunda da escola pública, só encontra lugar nas universidades pagas, constitui um escândalo inadmissível. Não basta ser contrário a esse estado de coisas. É preciso propor medidas para superar essa situação, o que só pode ser feito através de uma campanha séria e politicamente articulada de reforma do ensino de 1.º e 2.º graus. A universidade não pode funcionar isolada do resto do sistema educacional e precisa contribuir para evitar sua continuada deterioração.

Convém lembrar que a própria fundação da USP esteve intimamente vinculada ao movimento da Escola Nova e que as propostas de reforma da universidade, na década de sessenta, foram antecedidas pela Campanha da Escola Pública, que multiplicou os ginásios no Estado de São Paulo. Mas hoje, na luta que se trava pela democratização da universidade, os que nela estão, alunos e professores, parecem se contentar com uma solidariedade puramente verbal para com os que dela estão sendo excluídos.

Se a democratização do acesso não está recebendo a atenção que merece, a questão da democratização da carreira docente levanta problemas delicados. A grande expansão do ensino superior na década de setenta criou amplas oportunidades de emprego nas universidades e favoreceu a contratação de muitos professores jovens. Mas o fim do "milagre" econômico marcou também o congelamento dessa expansão e hoje as oportunidades de emprego no ensino superior são cada vez mais restritas. Os jovens talentosos egressos da pós-graduação se defrontam com a falta de vagas, ocupadas pela geração anterior com menor qualificação acadêmica. O corpo docente das universidades tem reagido a essa situação com uma intensificação das tendências corporativas. Dessa forma, a defesa da carreira universitária contra injunções político-ideológicas e interesses alheios às necessidades do ensino e da pesquisa, tem resvalado sutilmente para a reivindicação de completa estabilidade de todo o corpo docente, desqualificando qualquer forma de avaliação da competência e da produção intelectual e eliminando a necessidade de competição interna ou externa. Do mesmo modo, o ideal da carreira aberta, isto é, da igualdade de oportunidades de ascensão aos níveis mais elevados, se transforma, muitas vezes, na defesa da promoção automática por tempo de serviço que institucionaliza a mediocridade do corpo docente.

**A** autonomia da universidade é outra questão que deve ser discutida mais seriamente se se quiser neutralizar o corporativismo estreito que é componente inevitável das reivindicações acadêmicas. Certamente a universidade precisa ser protegida de ingerências político-ideológicas. Mas a sociedade deve construir

mecanismos de controle que assegurem a utilização eficaz dos recursos públicos. Não será com a simples substituição dos atuais representantes das federações patronais no Conselho Universitário por delegados dos sindicatos operários que se resolverá esse problema. Se desenvolvemos uma fórmula para garantir a participação da comunidade acadêmica no governo da universidade, deixamos de lado a tarefa de refletir sobre o problema espinhoso da participação da sociedade na gestão da coisa pública.

Mas, na reflexão sobre os problemas atuais da USP, não se trata apenas de aprofundar a discussão sobre a democratização e a autonomia. Como lembrava há algum tempo Rogério Cerqueira Leite, não há, infelizmente, uma correlação clara entre democratização interna e excelência acadêmica. E as universidades são julgadas, em última instância, muito mais pelo nível do ensino que oferecem e da produção científica que apresentam, do que pelo grau de democracia que praticam ou pela autonomia de que gozam. Isso não quer dizer que a democracia não seja desejável, nem que não possa ser concebida como instrumento importante de uma renovação necessária. Mas não podemos deixar de lado a forma e o conteúdo dessa renovação. Não realizaremos essa tarefa sem analisar mais detalhadamente a natureza e as origens do impasse atual.

A criação da USP, há cinquenta anos atrás, refletiu muito das tendências contraditórias que caracterizaram a conturbada passagem da década de vinte para a de trinta, marcada por uma profunda renovação intelectual que se deu junto com a emergência de uma nova sociedade urbana, a implantação do capitalismo industrial, a crise do poder oligárquico tradicional e o surgimento de um novo autoritarismo.

Não há porque idealizar nem denegrir esse começo. Certamente foi uma iniciativa modernizante, inovadora e criativa. Não foi, por certo, um projeto destinado a satisfazer anseios das massas oprimidas. Concebida por setores mais dinâmicos das classes dominantes, a USP destinava-se claramente à formação de novas elites que pudessem, simultaneamente, fornecer os quadros técnicos e os mentores intelectuais da nova sociedade em gestação. A valorização da ciência e da pesquisa constituíam o cerne modernizante do projeto e justificativa ideológica da iniciativa.

**N**a criação da USP o projeto inicial foi profundamente alterado pelas concessões que teve que fazer, na prática, a uma tradição intelectual mais conservadora, que concebia o ensino superior em termos de formação de profissionais liberais, tendência essa dominante nas escolas já existentes como a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina.

Característica desse compromisso foi a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Projetada inicialmente como núcleo de ensino e pesquisa na área das ciências básicas e das humanidades para servir a toda a universidade, acabou se transformando em uma escola ao lado das outras, para a qual se conseguiu inclusive descobrir uma finalidade profissionalizante: a formação de professores para o ensino secundário. Manteve-se assim a autonomia das velhas escolas, do mesmo modo como se manteve, sem contestação, a estrutura da cátedra que nelas já existia. A universidade se organizou como federação de unidades relativamente autônomas e altamente hierarquizadas. Desse modo, o modelo implantado em 1934, assentado numa visão basicamente elitista de Universidade, caracterizou-se por um equilíbrio instável e conflitivo entre a valorização das ciências básicas e da pesquisa, dominante na Faculdade de Filosofia, e uma concepção profissionalizante assentada no prestígio da Politécnica, da Faculdade de Direito e de Medicina.

O modelo híbrido vingou e deu frutos. No quarto de século que se seguiu, implantou definitivamente a pesquisa na vida universitária e modernizou a formação dos profissionais liberais, ao mesmo tempo em que consolidou um espaço para as ciências básicas e as humanidades. Continuou a cumprir o velho papel de fornecer o anel e o título de doutor aos filhos das classes dominantes, mas também abriu um importante canal de ascensão social e legitimação política amplamente utilizado pelas novas classes médias em formação. A universidade ampliou-se pela incorporação ou criação de outras escolas e cursos, dentro do mesmo molde.

Foi apenas no final da década de cinquenta que esse modelo de universidade começou a ser seriamente contestado. O descontentamento já vinha de antes e a rígida hierarquia assentada na cátedra era por demais inflexível para promover

ou absorver mudanças estruturais. Mudara o país e a universidade se mostrava inadequada para responder às pressões de uma sociedade que se urbanizara e industrializara muito rapidamente. Claro sinal dessa inadequação estava na demanda crescente pelo ensino superior, que esbarrava na limitação das vagas e acabou criando a figura do "excedente" — os candidatos que haviam sido aprovados no vestibular, mas não podiam ingressar na Faculdade. Mas não se tratava apenas de deficiências da universidade. Havia novamente no país, como na década que anteceder a criação da USP, uma nítida consciência da inadequação das estruturas políticas vigentes e sua incapacidade de atender aos anseios populares. Nesse contexto, a reflexão sobre a necessidade de modernização da universidade foi, rapidamente, incorporada a uma contestação muito mais ampla da ordem social no movimento pelas reformas de base.

**O** golpe de 64 restringiu drasticamente o espaço político na sociedade, mas a universidade conseguiu resistir, até certo ponto, à intervenção das forças repressivas. Os inquéritos e prisões que então ocorreram não chegaram a destruir totalmente a liderança intelectual e política e contribuíram para estabelecer uma aliança entre os setores liberais e a esquerda universitária na defesa da instituição. Preservou-se assim, nas universidades brasileiras, mas especialmente na USP, um lugar de debate político e de reflexão crítica sobre a sociedade. A existência desse espaço numa sociedade politicamente manietada, deu à universidade um enorme papel político e permitiu a gestação do grande movimento estudantil que, mais no final da década, sacudiria todo o país.

O elemento chave que integrou a luta política externa à tentativa de reforma interna foi o movimento dos excedentes. A súbita ampliação maciça do número de alunos na universidade efetivamente colocou em cheque todo o sistema de ensino. A velha formação profissionalizante estava efetivamente falida. Havia que pensar a universidade de massas, livre, democrática e crítica. A união explosiva de contestação ao regime com reforma universitária subverteu profundamente as velhas hierarquias e práticas acadêmicas e houve um breve mas fértil

período de experiências educacionais inovadoras. A derrota do movimento estudantil, no final da década, pôs fim a toda essa efervescência.

A grande reforma universitária, imposta pelo regime em 1970, simultaneamente com o expurgo das lideranças políticas e intelectuais, representou uma versão autoritária, conservadora e limitada do projeto de modernização que estivera inserido no contexto mais amplo da reforma democrática de toda a sociedade. Eliminava a cátedra, abria a carreira, destruía a autonomia das faculdades e propunha uma nova integração das ciências básicas com o ensino profissionalizante. Mas, controlada pelos segmentos mais conservadores ou mais fisiológicos da universidade, a reforma abastardou-se irremediavelmente por ter sido utilizada antes como instrumento de controle político-ideológico da vida acadêmica, do que como meio de renovação do ensino e da pesquisa. Na USP especialmente, os componentes mais modernizantes da reforma imposta pelo governo federal foram efetivamente neutralizados por subterfúgios que lograram manter quase intactos muitos dos privilégios da cátedra e da divisão interna dos feudos. A USP se tornou assim a universidade mais conservadora (e antiquada) do país.

**A** nível nacional, concessões políticas foram feitas pelo governo às demandas sociais que haviam alimentado a rebelião universitária. O ensino superior como um todo foi consideravelmente ampliado no setor público e favoreceu-se despidoradamente a expansão do setor privado. Desse modo, satisfizeram-se os componentes mais imediatistas da demanda por acesso ao ensino superior por parte das classes médias, evitando a renovação profunda da estrutura do ensino que se fazia necessária. Manteve-se o mesmo tipo de profissionalização, de cunho tradicional, com algumas inovações demagógicas e espúrias, como por exemplo, licenciaturas curtas e a obrigatoriedade da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros.

Nesse contexto de mudar para não renovar, produziu-se uma dicotomia esquizofrênica nos projetos sobre a universidade. A direita empunhou a bandeira da modernização e a deturpou no centralismo burocrático tão caro ao re-

gime autoritário. A esquerda, alijada da arena política, apoderou-se do tema da democratização — atacou as estruturas autoritárias dentro e fora da universidade mas abandonou a reflexão sobre os demais problemas do sistema educacional. Recusando-se a servir de instrumento para a formação de quadros para o novo capitalismo em formação, teve que se omitir na questão da relação entre o ensino universitário e as demandas reais da sociedade. Refugiou-se na afirmação de princípio sobre a necessidade de servir aos trabalhadores, que não estavam na universidade, e abandonou a reflexão sobre as demandas da classe média, que lá se encontrava. Impotente politicamente, teve que se contentar com uma identificação imaginária com os pobres e oprimidos, ao mesmo tempo em que sua atividade acadêmica continuava voltada para o sistema elitista de formação profissional na tentativa de preservar a qualidade do seu trabalho intelectual.

Ficamos assim todos enredados nas malhas de uma situação contraditória na qual a defesa da qualidade do ensino significa privilegiar a universidade elitista e as classes economicamente favorecidas, ao mesmo tempo em que a identificação com as grandes massas proletarizadas e oprimidas patina no vazio, pois só pode ser efetivada fora da universidade. Identificação política e atuação profissional divorciam-se uma da outra e só podem ser integradas no imaginário do discurso que alimenta uma auto-imagem libertária sem lastro na prática. Internamente, as oposições, impedidas de participar das decisões, perderam o contato com os problemas concretos da administração e, com ele, os instrumentos para distinguir entre as propostas utópicas e as exeqüíveis.

Felizmente, a abertura política parece abrir uma nova possibilidade de corrigir essas deformações. A participação de professores, alunos e funcionários nos partidos e nos movimentos sociais cria novas perspectivas, novas formas de atuação e deve promover um novo realismo na avaliação dos problemas. Talvez possamos portanto, agora, começar a elaborar uma reflexão mais consequente sobre os problemas da universidade.

Certamente a solução dos problemas da USP implica uma democratização interna, garantindo uma representação mais adequada dos diferentes setores da universidade nos organismos decisórios. Implica também o desmantelamento do

rígido centralismo burocrático que herdamos do regime autoritário e que sufoca todas as iniciativas. Devemos dar início a uma ampla reforma administrativa que assegure uma infra-estrutura minimamente adequada às necessidades do ensino e da pesquisa. Mas, basicamente, precisamos retomar a reflexão sobre os problemas que já estavam claros na década de sessenta e que ainda não foram resolvidos.

Em primeiro lugar, precisamos relocalar a questão da universidade de massa, isto é, aquela destinada não apenas a formar uma pequena elite privilegiada, mas a oferecer oportunidades cada vez mais amplas de acesso ao ensino superior para uma população cada vez maior e mais heterogênea. Isto significa retomar a reflexão sobre a democratização do acesso à universidade, no contexto de uma ampla reforma de todo o ensino público. Mas não se trata apenas de melhorar a qualidade do ensino de 1.º e 2.º graus, preparando melhor os alunos para o vestibular. É preciso, além de reverter o próprio vestibular, estudar formas alternativas de ingresso na universidade. Ambos os problemas nos remetem diretamente à atual estrutura curricular do ensino superior.

Uma universidade aberta a amplas camadas da população não pode ser construída simplesmente multiplicando a matrícula nos mesmos cursos tradicionais, preservando a velha concepção do diploma profissional, conservando o mesmo tipo de ensino.

Não vamos abrir as portas da USP aos operários, transformando-os todos em advogados, médicos e engenheiros. Também não há por que multiplicar o número de sociólogos, filósofos, economistas, historiadores, jornalistas, psicólogos que engrossarão as filas de desempregados no mercado de trabalho saturado. O velho sonho das classes médias, que via na universidade um instrumento para a obtenção de um diploma que garantisse um emprego bem pago e de prestígio, legitimando uma posição privilegiada na estrutura da sociedade está definitivamente morto e deve ser enterrado. Só foi compatível com a velha universidade elitista, que atendia um número restrito de privilegiados destinados a se tornarem profissionais liberais.

A universidade deve certamente continuar a formar profissionais como médicos, engenheiros, advogados, dentistas

e assim por diante. Deve formar também um contingente de estudiosos preparados para a pesquisa científica, tarefa esta que cabe, cada vez mais, à pós-graduação. Mas a grande maioria dos alunos não vai poder exercer as profissões regulamentadas nem encontrará emprego como pesquisador. Nesses casos, o diploma universitário apenas confere uma certa vantagem diferencial genérica no mercado de trabalho, que decorre do reconhecimento dos benefícios de uma formação escolar mais completa. Amplos setores das imensas organizações burocráticas, estatais ou privadas, que caracterizam a economia moderna, utilizam esse tipo de mão-de-obra para a qual a universidade fornece apenas uma preparação genérica, sobre a qual cada um constrói, no trabalho, sua própria competência.

**H**oje, na USP, os cursos na área das humanidades (mas não só estes), atendem, cada vez mais, um público já profissionalizado, regularmente empregado, que procura na universidade uma formação que permita usufruir e manipular mais plenamente a produção cultural da sociedade moderna, consciente que esse enriquecimento pessoal valoriza sua força de trabalho, não importa em que área.

A inadequação da atual estrutura curricular rígida para atender a essa demanda flexível, manifesta-se claramente em dois fenômenos muito relevantes. Em primeiro lugar, na dificuldade encontrada pelos jovens em decidir sobre suas carreiras no momento do vestibular, o que dá origem à composição heterogênea das opções e ao abandono freqüente de cursos já iniciados para concorrer a novo vestibular numa carreira diversa. Em segundo lugar, na tentativa de compensar a rigidez curricular fazendo mais de um curso, simultânea ou sucessivamente. É importante que a universidade reconheça esse problema, oferecendo a possibilidade de composições curriculares flexíveis e abertas, que quebrem a rígida compartimentalização que existe atualmente.

A universidade pode também ampliar consideravelmente o atendimento a demandas sociais, aumentando e diversificando a oferta de cursos livres, independentes de vestibular, de curta duração, destinados a promover a atualização profissional, o acesso a novas tecnologias, a divulgação científica e cultural, facilitando

tando o acesso às bibliotecas e utilizando as potencialidades pedagógicas dos museus. O que a SBPC procura realizar na curta semana das reuniões anuais deveria ser uma parte integrante da programação da universidade. As tímidas tentativas que se realizam hoje nesse sentido estão muito longe de explorar devidamente o imenso potencial da USP com o centro cultural aberto à população.

Finalmente, precisamos refletir mais seriamente sobre a pesquisa. Tem-se falado muito sobre a ausência de verbas para a pesquisa na universidade e a dependência crescente de fontes de financiamento externas como a FAPESP, o CNPq, a FINEP e as fundações privadas. Que a USP deva dispor de um fundo próprio para financiar as pesquisas é indiscutível. Mas o sonho de uma pleitora de recursos, inseridos na dotação orçamentária, de modo a tornar a universidade completamente auto-suficiente nessa matéria é certamente irreal. Teremos que conviver com as agências financiadoras e convém admitir que há alguns aspectos positivos nessa relação. Em primeiro lugar porque, por mais discutíveis que sejam alguns dos critérios e mecanismos utilizados por essas agências para a distribuição dos recursos, a qualidade dos projetos apresentados é um elemento importante para assegurar sua aprovação — introduz-se desse modo na universidade um elemento necessário de competição intelectual e de avaliação de competência que o corporativismo acadêmico tende a neutralizar. De outro lado, a própria multiplicidade das agências financiadoras dificulta tanto o controle ideológico dos projetos e dos pesquisadores, como a discriminação puramente pessoal de que não estão isentos os meios acadêmicos.

**A**nte essa realidade de disputa por recursos escassos, a USP tem-se revelado uma instituição particularmente ineficaz. O excessivo centralismo burocrático dificulta enormemente a relação com as agências financiadoras. Os pesquisadores responderam a essa situação criando estruturas paralelas, como centros de pesquisa e fundações independentes ou semi-independentes, nos quais, hoje em dia, se realiza a maior parte das pesquisas, burlando o controle burocrático. Precisamos pensar seriamente em permitir a

criação, dentro da Universidade, de centros de pesquisa que sejam autônomos na elaboração de projetos, na captação de recursos e na prestação de contas junto às agências financiadoras. Tanto o autoritarismo da direita, que exige o rígido controle centralizado, como o medo alimentado pela esquerda de um eventual controle das pesquisas por parte das empresas privadas, têm contribuído para evitar a discussão desse problema e a solução necessária de maior autonomia dos pesquisadores.

No final da década de sessenta esses problemas já eram visíveis e foram amplamente ventilados. Mas a reforma outorgada de 1970, se não conseguiu resolvê-los, parece ter sido capaz de impedir que continuassem a ser discutidos.

A verdade é que todos esses problemas levantam questões polêmicas e sua solução fere interesses constituídos e exige a mudança de práticas profundamente arraigadas em todo o corpo docente. O novo movimento de reforma, que começou a tomar corpo no final dos anos setenta, tendo que lutar contra o autoritarismo do regime, buscou fortalecer-se no consenso. Refugiou-se nas fórmulas da democratização que visam satisfazer a todos, ignorando as questões que haveriam de provocar divisões internas e, por outro lado, ocultando o corporativismo que permeava muitas das reivindicações apresentadas.

É tempo de abrir um outro espaço de debate, atacar as questões substantivas do ensino e da pesquisa, abandonando o fetiche do consenso. Não podemos esperar por fórmulas salvadoras de aceitação universal, nem exigir a participação de todos no encaminhamento de cada problema. Mas poderemos enfrentar a crise se a USP produzir hoje, como produziu no passado, grupos politicamente articulados e de prestígio intelectual reconhecido que estejam empenhados em equacionar e propor soluções para alguns dos problemas que nos afligem.

Esperamos que o descontentamento generalizado que se nota hoje contenha o fermento que haverá de impulsionar a velha USP para novos rumos.

---

Eunice R. Durham é professora de antropologia da USP.

---

**Novos Estudos Cebrap, São Paulo,  
v. 2, 4, p. 44-50, abril 84**

---